

FAZENDO GÊNERO

ANO VIII Nº21 NOV/04 a FEV/05

Direitos Sexuais e Direito ao aborto: construindo diálogos estratégicos entre os movimentos de emancipação

GILBERTA SOARES *

O seminário *Direitos Sexuais e Direito ao aborto: construindo diálogos estratégicos entre os movimentos de emancipação* buscou proporcionar o debate entre sujeitos que se relacionam com as temáticas a partir de distintas perspectivas. A proposta traduziu a necessidade do movimento feminista articular diversos atores sociais para que distintas perspectivas de emancipação e de direitos possam convergir, interagir e dialogar; e ainda transformar a necessidade pela promoção e garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos em demanda social efetiva. Buscou-se a confluência dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, tendo como foco a liberdade de expressão sexual e o direito de decidir pelo aborto.

A premência de priorizar a aliança entre os movimentos feministas e movimentos de mulheres lésbicas, de gays, de transgêneros, de prostitutas, movimentos HIV/AIDs, de jovens e homens que discutem masculinidades não hegemônicas se dá no contexto

do recrudescimento dos fundamentalismos religiosos que se baseiam na intolerância, no preconceito, na discriminação de gênero, na ameaça às liberdades individuais e na crescente ameaça aos direitos econômicos, sociais e culturais em face às ofensivas dos projetos neoliberais. Nesse sentido, recentemente observamos dois fatos importantes no contexto internacional, o documento do Vaticano e a vitória do presidente Bush, cuja campanha foi de apelo ultra-conservador e apresentou como carro chefe a defesa ao retrocesso dos direitos ao aborto e à união de homossexuais, já conquistados nos EUA.

Assim, a necessidade de trabalhar a interface entre direitos sexuais e a luta pelo direito de decidir pelo aborto se insere no campo dos direitos sociais, da cidadania e do avanço da democracia, articulando atores que normalmente atuam desarticulados contra ações de setores muito organizados e conservadores. É a possibilidade de se construir uma base comum de princípios éticos, de

projetos políticos e de desenvolver uma crítica social a partir de sujeitos políticos, que têm apresentado uma crescente expressão na esfera pública, que se acredita no fortalecimento da democracia e do senso de justiça.

Esta proposta se insere no contexto de articulação entre as Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro e a Campanha por uma Convenção Interamericana sobre os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Essa campanha visa a conquista de uma Convenção Interamericana que garanta os direitos sexuais e os direitos reprodutivos e ainda a construção de práticas sociais, culturais e políticas que afirmem e garantam às pessoas os direitos no campo da sexualidade e da reprodução.

As Jornadas Brasileiras são uma mobilização no campo dos movimentos feminista e de mulheres, que buscam desenvolver um processo político amplo, aglutinador de parcerias, visando a descriminalização do aborto. Essa defesa está pautada na concepção de que a conquista da cidadania das mulheres depende da consolidação dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais no âmbito de um Estado laico e democrático.

O diálogo entre estes movimentos, que ocorreu no mês de outubro passado, em Belo Horizonte, apontou caminhos e desafios diante da pergunta: O que temos em comum na luta por direitos?

A luta constante contra a negação de alguns direitos e pela manutenção de outros já conquistados foi o ponto em comum no diálogo que buscou considerar as especificidades de cada sujeito representado. Outros pontos em comum foram apontados, como a defesa do livre exercício da sexualidade, do direito ao prazer, a laicidade do Estado, o reconhecimento de que não há garantia de direitos sexuais e reprodutivos sem considerar os direitos sociais e sem inseri-los no contexto da justiça social. A crítica à hetero-normatividade se fundamenta nos modelos tradicionais de feminino e masculino, os quais transmitem

a idéia de um padrão único e correto de comportamento. A forte oposição ao aborto e à livre orientação sexual visível nos contextos conservadores está baseada no controle da sexualidade, na negação do prazer e na reafirmação da reprodução como definidora das identidades feminina e masculina.

A afirmação dos princípios da liberdade, emancipação, auto-determinação e diversidade se deu em meio à tensão entre reconhecer as especificidades dos sujeitos – considerando suas falas e vivências cotidianas – e a construção múltipla e transitória das identidades. A discussão da transitoriedade das identidades se deu a partir do questionamento da fixidez de posturas identitárias e do desafio de incorporar uma multiplicidade de sujeitos, considerando que os mesmos vivem múltiplas opressões.

Um dos grandes desafios presentes foi a necessidade de compartilhar a crítica às relações de gênero e como estas se reproduzem entre os diversos movimentos, e ainda como incorporá-las na agenda dos diversos movimentos de forma efetiva. Nesse sentido, as questões levantadas pelas mulheres lésbicas sobre a relação com os movimentos gays e sobre os aspectos da construção de um novo corpo versus identidade de gênero da vivência de travestis e transexuais foram paradigmáticos dessa necessidade.

Finalmente, o diálogo que reconheceu as diversas discriminações e os pontos em comum, insistiu na pergunta: como partimos do reconhecimento para a possibilidade de ação comum? Sem dúvida, este foi um diálogo instigante e solidário que aponta para a construção de pontes, de outros diálogos e de ações comuns, nos quais todos e todas temos muito o que aprender.



SAIBA MAIS...

“Conseqüente com a idéia de que não há um único sujeito humano universal, mas vários sujeitos específicos com direitos que são universais e indivizíveis, a proposta deste seminário apostou no diálogo da diversidade, buscando construir pontes de comunicação, através do reconhecimento de linguagens, códigos, corporalidades, estéticas e identidades distintas, mas com a mesma preocupação ética: o respeito pelas diferenças socialmente construídas que marcam os seres humanos em sua subjetividade.

Reunindo ativistas de diversos meios, auto-identificados ou não em rubricas tais como lésbicas, transgêneros, negros/as, feministas, gays/homossexuais, travestis, transexuais, homens feministas, ou ainda admitindo a intersecção dentre esses vários marcadores identitários, o evento reuniu cerca de 80 pessoas, de praticamente todos os estados brasileiros. Tendo sido realizado em Belo Horizonte, contou com pelo menos 30 participantes de MG. Tive a alegria de participar por Goiás, representando o Grupo Transas do Corpo e considerei este um dos mais criativos e produtivos eventos sobre a temática já organizados no Brasil. É fundamental que o diálogo prospere e que se multiplique. Parabéns à comissão organizadora; parabéns a todas as pessoas que participaram!”

Eliane Gonçalves, Grupo Transas do Corpo, participante do Seminário Nacional Direitos Sexuais e Direito ao Aborto: construindo diálogos estratégicos entre os movimentos de emancipação, em Belo Horizonte, 15 e 16 de outubro de 2004.

* Psicóloga, Coordenadora do Cunhã - Coletivo Feminista/PB, Secretária Executiva das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, Ponto Focal da Campanha 28 de Setembro pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe.

"ABORTO?"

Isso eu não aceito e ponto final" **

LARA SATLER *

Na fase de convidar os atores sociais para a participação da Audiência Pública cuja temática é *Políticas Públicas para o Aborto Seguro: uma questão de justiça social*, nos deparamos com frases como a que intitula esse texto "Aborto? Isso eu não aceito e ponto final". Essa reação denota que o/a autor/a da frase ainda não se deu conta de que o ponto final significa uma recusa ao diálogo. E a recusa ao diálogo, num Estado laico e em pleno século XXI, demonstra o ainda presente domínio social sobre o corpo da mulher e sobre a reflexão a respeito de si mesma e de seus direitos humanos. O que essa frase denota é um controle que além de buscar silenciar age arbitrariamente reduzindo o pensamento autônomo das mulheres.

A Audiência Pública cuja temática é *Políticas Públicas para o Aborto Seguro: uma questão de justiça social* começou muito antes de 9 de novembro de 2004. As idéias que essa temática trazem no seu bojo vêm sendo debatidas há tempos dentro do movimento feminista, tanto em âmbito internacional quanto nacional. Isso está longe de significar que há uma homogeneidade de argu-

mentos ou uma única opinião formada sobre o assunto, dentro do movimento feminista. É possível sim afirmar que promover o diálogo na sociedade é o ponto de partida para que nós mulheres compreendamos melhor a nossa condição feminina na contemporaneidade e suas implicações, como exemplo, a autonomia e o domínio exercido sobre nossos corpos no que diz respeito aos nossos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

É com o objetivo de promover esse diálogo na sociedade que o Grupo Transas do Corpo está desenvolvendo o projeto *Direitos Sexuais e Reprodutivos – posicionando o campo feminista e ampliando o debate no campo dos Direitos Humanos*. O projeto tem a duração de um ano e é apoiado pelo Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (PROSARE/CCR/CEBRAP) que por sua vez é patrocinado pela financiadora internacional *The John D. and Catherine T. (MacArthur Foundation)*. É também apoiado pela *International Women's Health Coalition (IWHC)*. Resumidamente, o projeto foi pensado em formato de interlocuções públicas cujo objetivo é construir o diálogo sobre os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos das mulheres posicionando estes no campo dos Direitos Humanos. Para isso, estão sendo envolvidos diferentes atores sociais no debate para ampliar a articulação entre essas temáticas e o fortalecimento do Estado laico.

Quatro estratégias foram pensadas para a realização dessa interlocução, com eventos agendados em datas comemorativas para o calendário de lutas do movimento feminista. O projeto busca públicos



Feministas se reúnem no Ministério Público para a entrega da denúncia pública sobre aborto legal

diferentes e estratégicos para a formação de uma coalizão em prol dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos: legislativo municipal e estadual, Ministério Público/ Goiás, lideranças e formadores de opinião; professores/as e estudantes de graduação e pós-graduação da área do Direito e das Ciências Sociais; movimentos sociais diversos (jovens, universitários, ONGs AIDS, feministas, movimento negro, e movimento de mulheres); gestores e profissionais de saúde.

A primeira estratégia do projeto começou com a entrega de uma denúncia ao Ministério Público sobre o não cumprimento do artigo 128 do Código Penal nas redes de saúde pública em Goiás (vide página 4). Os resultados dessa investigação serão apresentados na Audiência Pública, de 9 de novembro, pelo Ministério Público. A Audiência Pública está programada para, num primeiro momento, as exposições de Leila Linhares Barsted (advogada; diretora da Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação – CEPIA/RJ; membro

do Instituto dos Advogados Brasileiros), de Jorge Andalaft Neto (médico ginecologista; presidente da Comissão Nacional de Violência Sexual e Interrupção da Gestaçao prevista por Lei da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO/ SP) e Maria José Oliveira Araújo – coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

Ainda é parte da primeira estratégia, o lançamento do relatório sobre o debate público realizado em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiás, em 2003. Esse relatório, cujo nome é *Memória do Seminário – Direito ao Aborto: uma questão de justiça social*, é o primeiro volume da *Série Argumentos Feministas "Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos são Direitos Humanos"*. Ele é composto de coletâneas de argumentos produzidos pelos/as interlocutores/as durante o debate. Dessas coletâneas nascerá um documento síntese que será entregue ao poder público no final do projeto, em setembro de 2005.

FAZENDO GÊNERO

Órgão Informativo do Grupo Transas do Corpo

Av. Antônio Fidélis nº 1811, Pq. Amazônia
Goiânia-Goiás-Brasil – 74.840-090
Tel.: 55 (62) 248-2365 / Telefax: (62) 248-1484
fazendogenero@transasdocorpo.com.br

www.transasdocorpo.com.br

Apoio:

· Fundação MacArthur
· Fundação Ford
· International Women's Health Coalition
· PROSARE

Conselho editorial:

Érica Melo, Pedro Plaza Pinto,
Priscila Marília Martins e Wilza Vilela
Editoria: Joana Plaza Pinto e Lara Satler
Redação: Lara Satler
Revisão: Joana Plaza Pinto, Lara Satler e
Marília Rodrigues
Colaboração: Aline Januário, Gilberta
Soares, Lara Satler e Wilza Villela
Editoração: Carla de Abreu (62-223.0566)

As opiniões presentes nas entrevistas
ou nos artigos publicados são de
responsabilidade de suas autoras e autores.

* Feminista, Assessora de Comunicação do Grupo Transas do Corpo e professora da Faculdade Cambury.

** Texto produzido com informações do projeto Direitos Sexuais e Reprodutivos – posicionando o campo feminista e ampliando o debate no campo dos Direitos Humanos, do Grupo Transas do Corpo, vigência 2004/2005.

A abordagem das Doenças Sexualmente Transmissíveis no contexto da Saúde Integral das mulheres

WILZA VIEIRA VILLELA *

A Organização Mundial de Saúde estima que no Brasil ocorram cerca de 10 milhões de DST curáveis a cada ano, sendo que destas aproximadamente 6 milhões são sintomáticas: sífilis, clamídia, gonorréia, tricomoníase.

Estudos sentinelas realizados com parturientes sugerem a existência de 15.000 casos de sífilis congênita, embora a média de notificações seja de 3.000 casos ao ano. Sabe-se que a sífilis congênita é uma causa importante de abortamento e de óbitos perinatais, embora seja facilmente evitável.

Embora as ações de prevenção e assistências das DST estivessem incluídas no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, desde a sua formulação (1983), é surpreendente que até o momento tenha havido uma grande dificuldade na sua implementação, bem como um aparente descaso de nós, feministas que trabalhamos com saúde, na cobrança de ações governamentais mais eficientes para o controle das DST em nosso país.

Entre as razões para tal lapso podemos elencar:

- o tradicional silêncio que envolve as DST, consideradas “doenças do mundo” e relacionadas, simbolicamente, ao exercício “ilegítimo” da sexualidade por homens mais vorazes ou ousados sexualmente;
- a equivocada subordinação da idéia de sexualidade à reprodução, que se traduziu na forte ênfase, colocada pelo PAISM, nas ações de contracepção e, secundariamente, na assistência pré-natal e ao parto;
- a dramaticidade da epidemia do HIV, que eclipsou as atenções das demais DST.

Passados mais de vinte anos, os princípios do PAISM revigoram-se na Política da Atenção Integral à Saúde da Mulher (MS, 2004), no aden-

samento da discussão sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos e na exigência de se aprofundar o conceito de integralidade a partir dos desafios colocados no atual estágio de implementação do SUS.

É consenso de que sexualidade e reprodução são esferas autônomas da vida, embora interligadas, especialmente para as mulheres; do mesmo modo entende-se que as propostas de saúde sexual devem incluir os corpos sexuados, sem distinção de sexo, de gênero, ou de faixa etária, e que as estratégias de controle de DST devem se distinguir das do HIV, dadas as especificidades (morais, simbólicas, e também biológicas e clínicas) desses dois grupos de agravos à saúde.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, uma política de controle de DST deveria considerar que, do conjunto de pessoas sexualmente ativas que se contamina, uma proporção menor reconhece sinais e sintomas; destas, proporção menor procura atendimento; dos que procuram, só alguns conseguem ser atendidos, tratados corretamente e envolver parceiros/as no tratamento, de modo a evitar a reinfecção.

Assim, a proposta de implementar uma política voltada para DST deveria estar norteada pela perspectiva de minimizar as perdas entre cada uma das etapas, sendo sugeridas ações de disseminação de informações e educação em saúde, o que exige de nós um esforço, pois nem sempre conhecemos bem os sinais e sintomas das principais DST, suas formas de contágio e proteção; melhorar o acesso e a qualidade das ações de saúde sexual nos serviços, com garantia de aconselhamento e medicação, quando necessário; monitorar as ações e realização de pesquisas epidemiológicas e comportamentais que tragam visibilidade ao problema e facilitem o engajamento de parceir@s nas práticas de prevenção e tratamento.

Para nós, feministas, isto significa incorporar definitivamente a questão das DST na nossa agenda pela saúde sexual de mulheres e homens, trazendo o tema quando do nosso trabalho direto com as pessoas, e indireto, nos espaços de controle social. E, por que não, para o espaço das nossas vidas privadas. Como nos sentimos quando tivemos um corrimento? Com quem falamos das nossas fantasias e temores? Em que medida não estamos, ao negar a importância das DST, reproduzindo o preconceito que há mais de dois séculos coloniza a subjetividade feminina, de que às mulheres santas estaria reservado o privilégio da reprodução, mesmo que para isso houvesse a conjunção carnal, enquanto que as mulheres pecadoras estaria reservado o sexo e suas conseqüências, dentre as quais as DST e a infertilidade, uma das suas freqüentes conseqüências?

* Wilza Villela é médica, feminista e membro do Comitê Assessor Externo de DST do Ministério da Saúde.

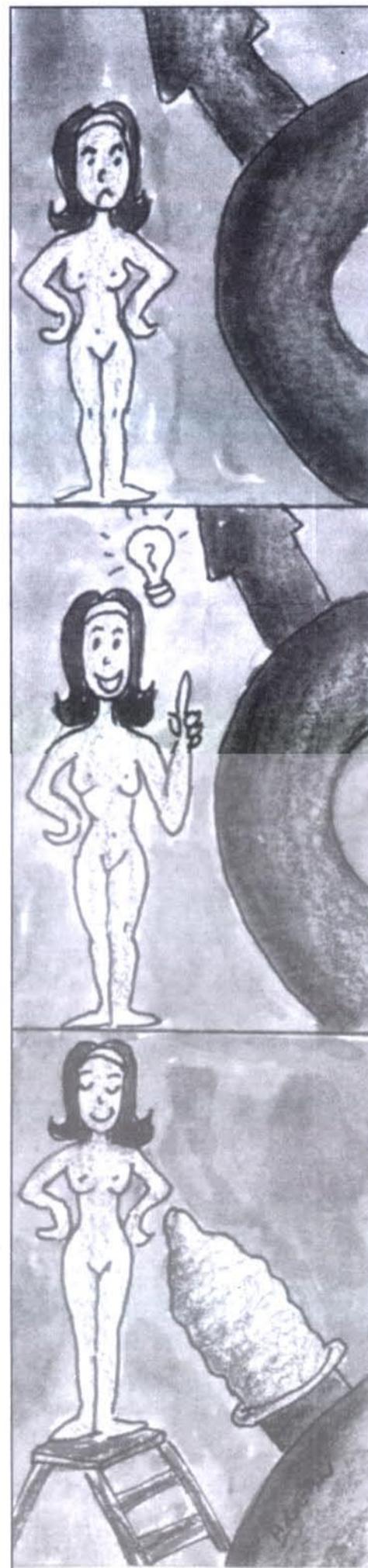


Ilustração: Adriane Leal - retirada da Revista Enfoque Feminista, Jan/95.



VOCÊ SABIA?

DE 1997 A 2001, SÓ NA CIDADE DE GOIÂNIA, FORAM REGISTRADOS MAIS DE VINTE E CINCO MIL CASOS DE DST EM MULHERES. AS MULHERES REPRESENTAM 96% DOS CASOS DE DST REGISTRADOS NO SUS EM GOIÂNIA. DESSAS MULHERES, CERCA DE 40% ESTÃO NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 20 E 30 ANOS.

FONTE: GRUPO TRANSAS DO CORPO. BANCO DE DADOS SOBRE A SAÚDE DA MULHER EM GOIÂNIA. GOIÂNIA, 2004.



Multiplicando Feminismos: Formação Feminista para Lideranças



O curso de aprofundamento *Multiplicando Feminismos: Formação Feminista para Lideranças*, que acontece em 5 módulos de finais de semana, entre 20 de agosto e 20 de novembro, é resultado da demanda de participantes de outras formações oferecidas pelo Grupo Transas do Corpo, que, sensibilizadas para o feminismo e dispostas a se fortalecerem como feministas, solicitaram o aprofundamento das discussões teóricas e da instrumentalização para as articulações político-educativas. O último módulo será

em 19 e 20 de novembro com o tema *Articulação política*.

Vida de Adolescente: o encontro do Transas Adolescentes

O *Encontro Vida de Adolescente*, que aconteceu no Circo Lahetô, no dia 6 de novembro, foi pensado para reunir todos/as os/as adolescentes das 10 escolas que participaram do curso Transas Adolescentes. O encontro foi organizado pela comissão de adolescentes e a coordenação do projeto e contou com oficinas, dança, teatro, música e um espaço para debate sobre a vida do adolescente e sua sexualidade. Durante o evento, o Grupo Transas do Corpo recebeu a visita de representantes da *International Women's Health Coalition*, instituição internacional que apóia projetos com adolescentes.

Importante: Assembléia Geral do Grupo Transas do Corpo

O Grupo Transas do Corpo convida os/as sócios/as para a Assembléia Geral que será no próximo dia 4 de dezembro de 2004, às 9 horas, na própria sede. O objetivo da Assembléia é compartilhar com todos/as os/as sócios/as a avaliação do processo vivenciado em 2004 e o planejamento estratégico para os próximos anos. O Grupo Transas do Corpo conta com sua presença, visto que o não comparecimento de sócias e sócios pode prejudicar o desenvolvimento das ações da Organização.



Formação Feminista para Universitárias



Nos dias 25 a 30 de julho, universitárias de diversas áreas do conhecimento participaram do curso *Nossas próprias palavras: formação feminista para universitárias*, promovido pelo Grupo Transas do Corpo. O curso, que aconteceu no Serro Park Hotel, em Aragoiânia, objetivou o empoderamento das participantes através das discussões sobre feminismo, as implicações das relações de gênero na vida das mulheres e as intersecções de raça e classe e, ainda, a compreensão sobre a sexualidade. Para fomentar a pesquisa com esses temas, as universitárias tiveram contato com objetos de pesquisas e metodologias feministas, letramento no jogo das relações de poder e indicadores e uso de banco de dados.

Seminário Nós e Nossas Instituições: Cenários e Perspectivas de Institucionalização

O seminário *Nós e Nossas Instituições: Cenários e Perspectivas de Institucionalização*, foi realizado nos dias 03 a 05 de agosto, no Augustus Hotel, em Goiânia. O objetivo do seminário, destinado a um grupo de 21 profissionais, foi capacitar lideranças multiplicadoras para uma atuação mais qualificada nas suas instituições, no movimento de luta contra a AIDS e nas instâncias de controle social, visando contribuir para a redução da incidência do HIV/AIDS e de outras DSTs na população feminina.

Denúncia ao Ministério Público: o desrespeito ao aborto previsto em lei

No dia 28 de setembro, representantes do movimento feminista, movimento de mulheres negras e movimentos defensores dos direitos humanos entregaram uma denúncia ao Ministério Público/Goias solicitando que seja averiguado o não cumprimento da lei sobre o aborto (art. 128 do Código Penal) no serviço público de saúde do município e do estado. A referida lei garante o aborto nos casos de estupro e risco de vida para a mulher desde 1940. Contudo, de acordo com dados do Comitê de Morte Feminina e Materna do Município (2002), o aborto representa a 2ª causa de morte materna em Goiânia, ou seja, as mulheres não têm tido acesso ao aborto seguro.



Kemle Semerene Costa (à direita) entrega denúncia pública aos promotores no MP

Metodologia das letras

GRUPO Transas do Corpo. *Lendo, pensando, fazendo: acesso a produções escritas sobre saúde e sexualidade para estudantes*. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004. 48 p.

ALINE DE JESUS JANUÁRIO *

Entrelinhas: para ler e escrever sobre sexo e prazer e poder, cartilha do Grupo Transas do Corpo, organizada por Joana Plaza Pinto, elaborada por 10 adolescentes entre 15 a 19 anos, fala sobre sexo, prazer e poder. A cartilha é dividida em vinte e dois capítulos que descrevem oficinas, separadas nas seções "objetivo", "material de apoio", "orientações", "vale a pena contar", e "duração" de cada atividade feita pelas/os adolescentes autoras/es durante o projeto *Lendo, pensando, fazendo: acesso a produções escritas sobre saúde e sexualidade para estudantes*. Elas/es falam sobre masturbação, tipos de beijo, doenças sexualmente transmissíveis, primeira vez em uma biblioteca e vários assuntos relacionados a sexo.

As/os jovens que elaboraram esta cartilha possuem idéias super inteligentes, pois a maneira de falar, de se explicar é muito aberta, falam das diferenças e dos direitos iguais. Cada um/a tem sua maneira de transpor suas idéias para o grupo. Até discutem que as mulheres são excluídas de diversas atividades que são capazes de fazer igual ao homem, pois ambos têm direitos iguais.

Elas/es querem passar seus sonhos, seus desejos, suas vontades e outras coisas que querem para o mundo. Elas/es não querem ficar isoladas/os, mas sim mostrar o que têm a oferecer e receber, pois é da vontade de aprender que elas/es tiram a vontade de fazer acontecer.

O questionamento da cartilha fala sobre pessoas que querem aprender sobre a leitura e as escritas e alguns temas que são relacionados às nossas vidas, como sexo, prazeres e poderes, que é o tema da cartilha. Este material representa os primeiros passos na busca

da metodologia feminista para o letramento, levando sempre em conta que cada processo é bastante dinâmico.

A cartilha tem um tema ético, foi desenvolvida para despertar os interesses das/os jovens na leitura e na escrita. Percebe-se no texto que as mulheres se interessam mais por ler livros e revistas, elas lêem mais que os homens, elas aprendem mas têm uma certa dificuldade para escrever o que elas mesmas pensam.

Ao ler esta cartilha é possível ter alguns sentimentos como: curiosidade, prazer e muitas sensações, pois explica as coisas intrigantes que a maioria das famílias têm vergonha de comentar.



A escrita desta cartilha contribui para o desenvolvimento da leitura. Acredito que as/os autoras/es queriam despertar nas/os jovens a capacidade de cada um/a, e o que podem fazer com a leitura, mesmo que algumas pessoas acham isso uma perda de tempo.

Afinal, o Grupo Transas do Corpo quer ensinar, mostrar os verdadeiros prazeres da juventude. Nesta cartilha você vai aprender e conhecer novidades que só passam na cabeça de um/a adolescente, a escrita e o modo como elas/es teceram o texto faz com que a/o leitor/a consiga entender a discussão da cartilha *Entre linhas: para ler e escrever sobre sexo, prazer e poder*.

* Estudante, participante do projeto Transas Adolescentes.